

VISÃO DOS TRABALHADORES DE SAÚDE ACERCA DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES DE SAÚDE NO SUS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

**Amanda Maria Villas Bôas Ribeiro¹; Nídia Oliveira Bezerra²; Ubiraci Queiroz dos Santos³
Alberto Cezar Santos Almeida Filho⁴;**

¹ Bolsista de Iniciação Científica FAPESB 2013-2014, participante do Núcleo de Pesquisa Integrada em Saúde Coletiva - NUPISC. Graduanda em Enfermagem na Universidade Estadual de Feira de Santana. e-mail: amanda_marias@yahoo.com.br

² Orientadora e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Integrada em Saúde Coletiva. Enfermeira. Mestre em Saúde Coletiva. Departamento de Saúde. Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: nidia_bezerra@ig.com.br

³ Bolsista de Iniciação Científica FAPESB, participante do Núcleo de Pesquisa Integrada em Saúde Coletiva- NUPISC. Graduanda em Enfermagem, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: birinhaqueiroz@hotmail.com

⁴ Bolsista de Iniciação Científica FAPESB 2013-2014, do Núcleo de Pesquisa Integrada em Saúde Coletiva - NUPISC. Graduando em Medicina na Universidade Estadual de Feira de Santana. e-mail: beto.cezar@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Trabalhadores de saúde, práticas integrativas e complementares, SUS.

INTRODUÇÃO:

A Declaração de Alma-Ata resultante da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada em 1978, determinava que os Cuidados Primários de Saúde fossem o meio para atingir um nível de saúde que permitissem levar uma vida social e econômica ativa (OPAS, 1978). Nesta conferência, considerada símbolo de dissociação entre saúde, medicina e cultura, houve declarações acerca da incapacidade da medicina especializada e tecnológica de resolver os problemas da humanidade (LUZ, 2005). Os cuidados primários de saúde seriam, então, baseados em métodos e práticas social e cientificamente aceitas (OPAS, 1978) e compostos, também, de práticas não convencionais e métodos terapêuticos populares aceitos pelas comunidades para maior resolubilidade dos problemas de saúde da população.

A partir da segunda metade da década de 70, verificou-se, então, um crescimento das medicinas alternativas em diversos países (LUZ, 2005), inclusive no Brasil. Segundo Luz (2005), esse desenvolvimento é fruto de uma dupla crise sanitária e médica. Um dos principais elementos explicativos desta dupla crise é a própria racionalidade médica e sua relação com a cultura atual.

Ainda de acordo com a autora, os diversos grupos sociais buscavam neste momento, outra racionalidade em saúde que priorizasse o “sujeito doente” e seu cuidado, e que resolvesse seus problemas de saúde. Deu-se então, o que Luz (2005) nomeou de “BOOM das medicinas alternativas”, com início da disputa por espaços na rede privada e nos serviços públicos de saúde, paulatinamente.

Em 2006, foi criada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), com objetivo de incorporar e implementar as práticas integrativas e complementares (PIC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista a prevenção de agravos,

promoção e recuperação da saúde com um cuidado continuado, humanizado e integral da saúde, contribuindo para aumento da resolubilidade do sistema.

As PIC incorporam sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos denominados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de Medicina Alternativa e complementar, sendo que o SUS instituiu atualmente como PIC no SUS a acupuntura, homeopatia, fitoterapia e termalismo (BRASIL, 2006). Nestas práticas, o suporte que concebe o ser humano como ser integral advém da abordagem da saúde e da doença, da diagnose, dos tratamentos terapêuticos que não identificam barreiras entre mente, corpo e espírito, ao contrário do que faz a medicina convencional (ANDRADE, 2010). Além disso, há uma visão ampliada do processo saúde-doença e da promoção do cuidado humano (BRASIL, 2006), sendo o objetivo central das PIC a singularidade do paciente, visto como totalidade biopsíquica (LUZ, 2005).

Neste contexto de aumento da demanda das PIC no Âmbito da Atenção Básica, torna-se necessária a investigação acerca do conhecimento dos trabalhadores de saúde sobre essas práticas e a PNPIC, visto que o desconhecimento dos profissionais da saúde pode ser responsável por conceitos equivocados, e dificuldades na relação com o paciente (THIAGO, 2011).

Desta forma, este estudo propõe discutir sobre a visão dos trabalhadores de saúde acerca das PIC, a partir da produção científica publicada no meio científico, do período de 2006 a 2012. Assim, o objeto de estudo consiste em a “visão dos trabalhadores de saúde acerca das PIC”.

METODOLOGIA:

Estudo bibliográfico de caráter exploratório, em que utilizamos um levantamento bibliográfico na base de dados da Scientific Electronic Library Online (SCIELO), a partir das seguintes palavras-chaves: práticas complementares, trabalhadores de saúde, visão das práticas integrativas.

Para seleção do material utilizamos como critérios de inclusão: publicação em periódicos nacionais e indexados na base de dados da SCIELO, estar escrito em língua portuguesa e ter sido publicado após 2006, independente do tipo de pesquisa, visto que corresponde ao ano de publicação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Ao final, totalizamos a análise de 7 (sete) artigos.

Do total de artigos analisados, pudemos verificar a variação de período publicado entre os anos de 2008 a 2012, e como locais de publicação a região sul e centro-oeste. Em relação à metodologia da pesquisa, 3(três) artigos compreenderam abordagem quantitativa, 3 (três) abordagem qualitativa, e 1 (um), quantitativa. Os sujeitos do estudo consistiram em trabalhadores da área de saúde, entre eles podemos apontar: Enfermeiros (5 estudos), médicos (4 estudos), dentistas (1 estudo), psicólogos (1 estudo), fisioterapeutas (1 estudo), Agentes comunitários de saúde (1 estudo), gestores de unidades de saúde (1 estudo).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:

No contexto atual de desigualdades sociais em saúde, há um aumento crescente da demanda das PIC no âmbito da Atenção primária. Isso torna necessário que os profissionais, responsáveis pela produção do cuidado em saúde, conheçam as PIC para orientação e indicação de uso à população usuária dos serviços de saúde do SUS. Numa pesquisa realizada por Thiago & Tesser (2011) 59,9% dos profissionais de saúde pesquisados relacionava as PIC ao entendimento mais amplo do processo saúde-doença em relação à biomedicina, 55,36% dos profissionais entrevistados por Gonçalves e outros (2008), afirmaram ter conhecimento sobre a inserção das PIC no SUS.

Gonçalves e outros (2008) em seu estudo avaliaram as atitudes, conhecimento e experiências apresentadas por profissionais da área de saúde pública, e verificou que apesar

da baixa prevalência do ensino das PIC nos cursos de nível superior, há um relativo conhecimento dos profissionais acerca destas práticas, sendo que as informações provêm principalmente do conhecimento popular e pesquisa pessoal. Apontou ainda, a falta de recursos acadêmicos para formação de profissionais capacitados para atuar com PIC como elemento causador de insegurança e ceticismo por parte dos profissionais, como também aponta NEVES (2012).

Os estudos (GONÇALVES *et al*, 2008; THIAGO; TESSER, 2011; NEVES *et al*, 2012) apontaram para a necessidade da inserção de disciplinas que abordem as práticas integrativas e complementares nos cursos de graduação na área de saúde para melhor capacitação dos profissionais. Entretanto, Gonçalves e outros (2008) mostraram em seu estudo que não há correlação entre cursar disciplinas que abordem as PIC e seu uso na prática clínica, e que profissionais com maior tempo de trabalho utilizam mais as PIC com seus pacientes do que aqueles que possuem menos tempo de trabalho. Isso torna possível inferir que a indicação e utilização das PIC podem estar relacionadas aos conhecimentos advindos da prática clínica cotidiana.

Paranaguá e outros (2009) discutem em seu estudo que os Agentes Comunitários de Saúde conhecem as PIC, mas não as define claramente, e que os fatores que os levam a indicar o uso das PIC para outras famílias são os resultados satisfatórios e as crenças nessas práticas.

A fitoterapia e acupuntura são as PIC mais conhecidas e citadas pelos trabalhadores em diversos estudos (SANTOS; CUNHA, 2011; CRUZ; SAMPAIO, 2012; THIAGO; TESSER, 2011), principalmente por estar relacionada ao uso de plantas medicinais, uma prática popular disseminada por muitas gerações. Em relação à visão dos profissionais acerca da efetividade da fitoterapia e acupuntura, 51,78% e 53,57% dos entrevistados, respectivamente, por GONÇALVES (2008), consideraram tais práticas como efetivas. Esse resultado pode apontar para o fato das crenças e conhecimentos destes profissionais estarem relacionados às práticas que são comprovadas cientificamente, visto que há inúmeros estudos randomizados e de revisão que, de certa forma, possibilitam uma credibilidade destas práticas segundo a racionalidade médica.

Apesar de conhecimento relativo e alto índices de interesse na aprendizagem sobre PIC, o ceticismo e a insegurança para indicação do uso das PIC, citados por trabalhadores de saúde em alguns estudos, sugere a necessidade de investimento em capacitação dos profissionais para implementação eficaz da PNPIC (NEVES *et al*, 2012; CRUZ; SAMPAIO, 2012; MACHADO *et al*, 2012; PARANAGUÁ *et al*, 2008), podendo contribuir para melhorias na qualidade da assistência proporcionando integralidade, resolubilidade e humanização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este estudo possibilitou refletir sobre a visão e o conhecimento dos profissionais acerca das Práticas Integrativas e Complementares em saúde, apontando para novos caminhos científicos a percorrer. A análise da literatura mostrou que apesar de ter um relativo conhecimento sobre as PIC, tal saber não é suficiente para que os profissionais indiquem seu uso. Isso aponta para um grande desafio no cenário educacional, necessidade de capacitação dos profissionais e inserção de discussões sobre a temática nos currículos dos cursos de graduação da área de saúde e na comunidade científica, de maneira geral.

Este estudo aponta para necessidade de planejamento de ações em saúde para aquisição de saberes e práticas acerca das PIC por trabalhadores de saúde, suficientes para a efetiva implementação da PNPIC, além disso, ressaltamos ser essencial a realização de novas pesquisas com essa abordagem para preencher lacunas que alguns estudos ainda apresentaram.

REFERÊNCIAS:

OPAS - ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Declaração de Alma-Ata: Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde. Alma-Ata, 1978. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/promoçao/uploadarq/alma-ata.pdf> >. Acesso em: 04/05/2013

LUZ, M. T. Cultura contemporânea e medicinas alternativas: novos paradigmas em saúde no fim do século XX. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 15, p. 145-176, 2005. Suplemento.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

ANDRADE, J. T. ; COSTA, L. F. A. . Medicina Complementar no SUS: práticas integrativas sob a luz da Antropologia médica. *Saúde e Sociedade*. São Paulo. v. 19, p. 497-508, 2010.

THIAGO, S. de C. S.; TESSER, C.D. Percepção de médicos e enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família sobre terapias complementares. *Rev. Saúde Pública*. v.45,n.2,p.248-57, 2011.

GONÇALVES, R. P.; et al. Profissionais da área de Saúde Pública: atitudes, conhecimentos e experiência em relação a práticas médicas não-convencionais.*Rev. APS*. v.11, n.4, p.398-405,out/dez 2008.

NEVES, R. G; et al.O Conhecimento dos profissionais de Saúde acerca do uso de terapias complementares no contexto da atenção Básica. *R.pesq.:cuid.fundam*. Online. v.3, n.4, p.2503-09, jul/set 2012.

PARANAGUÁ, T.T.de B.; et al. As práticas Integrativas na Estratégia Saúde da Família: Visão dos trabalhadores de Saúde. *Rev.Enferm.*, Rio de Janeiro.v.1,n.17,p.75-0,jan/mar 2009.

MACHADO, D.C.;CZERMAINSKI,S.B.C.; LOPES,E.C.Percepção de coordenadores de unidades de saúde sobre fitoterapia e outras práticas integrativas e complementares. *Saúde em debate*. Rio de Janeiro, v.36,n.95.p.615-623.out/dez 2012.

CRUZ,P.L.B.;SAMPAIO,S.F. O Uso de práticas complementares por uma equipe de Saúde da Família e sua população. *Rev. APS*. v.4,n.15,p.486-495. Out/dez2012.

SANTOS,L.F.;CUNHA, A.Z.S. A utilização de práticas complementares por enfermeiros do Rio Grande do Sul.*R.Enferm*. v.1,n.3,p.369-376.Set/Dez 2011.